

O FLUXO DE CAIXA COMO FERRAMENTA PARA A TOMADA DE DECISÃO: UM ESTUDO COM EMPRESAS DE FREDERICO WESTPHALEN - RS

THE CASH FLOW AS A TOOL FOR DECISION MAKING: A STUDY WITH COMPANIES FREDERICO WESTPHALEN – RS

Recebido em 30.03.2015 | Aceite final em 04.08.2016 |

Nota: este artigo foi aceito pelo Editor Jorge Eduardo Scarpin e passou por uma avaliação *double blind review*
A reprodução dos artigos, total ou parcial, pode ser feita desde que citada a fonte.

OSMAR ANTONIO BONZANINI

Doutorando em Gestão pela UTAD – Portugal | Contador, docente da Universidade Regional Integrada - URI, Campus de Frederico Westphalen/RS, Brasil | Av. Assis Brasil, 709. Bairro Itapagé. CEP 98400-000. Frederico Westphalen-RS. Brasil | Telefone (+5555) 3744-9200 | Email: bonzanini@uri.edu.br

TAMARA SILVANA MENUZZI DIVERIO

Doutora em Desenvolvimento Rural (UFRGS) | Economista | Docente da Universidade Regional Integrada - URI, Campus de Frederico Westphalen/RS, Brasil | Av. Assis Brasil, 709. Bairro Itapagé. CEP 98400-000. Frederico Westphalen-RS | Brasil. Telefone (+5555) 3744-9200 | Email: diverio@uri.edu.br

LUIZ GUSTAVO ZULIANI DA SILVA

Mestre em Desenvolvimento Regional (UNISC) | Economista | Docente da Universidade Regional Integrada - URI, Campus de Frederico Westphalen/RS, Brasil | Av. Assis Brasil, 709. Bairro Itapagé. CEP 98400-000. Frederico Westphalen-RS. Brasil | Telefone (+5555) 3744-9200 | Email: zuliani@uri.edu.br

BIANCA SOLDÁ VARGAS

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Regional Integrada - URI, Campus de Frederico Westphalen/RS, Brasil | End. Rua Antonio Boscardin, 05 Centro. CEP 98400-000. Frederico Westphalen-RS. Brasil | Telefone (+5554) 9922-3738 | Email: mb_vargas1@hotmail.com

LUIZ HENRIQUE CENTENARO

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Regional Integrada - URI, Campus de Frederico Westphalen/RS, Brasil. End. Rua Domingos Bernardi, 87

Centro. CEP 98415-000. Vista Alegre-RS. Brasil. Telefone (+5555) 9921-2691. Email: luizhenriquecentenaro@hotmail.com

RESUMO

O fluxo de caixa é uma ferramenta gerencial que auxilia nas tomadas de decisões e permite diagnosticar a situação da empresa, informando o período que irão ocorrer os ingressos e desembolsos de caixa. Através do Demonstrativo do Fluxo de Caixa (DFC), é possível harmonizar o capital de giro com a liquidez. O presente estudo aborda os aspectos relacionados ao fluxo de caixa nas empresas de Frederico Westphalen. Trata-se de um estudo multicase, exploratório e bibliográfico, que tem como objetivo geral mensurar a percepção dos gestores atuantes nas empresas de Frederico Westphalen em relação ao fluxo de caixa. Para atender aos objetivos do estudo, foram utilizados questionários como instrumentos de coleta de dados. Os resultados obtidos referentes à utilização do fluxo de caixa como instrumento gerencial demonstram-se satisfatório no âmbito em que a maioria dos administradores conhece e utilizam o fluxo de caixa como ferramenta de gestão.

Palavras-Chave: Fluxo de Caixa. Ferramenta de Gestão. Controle. Tomada de decisão.

ABSTRACT

Cash flow is a management tool that assists in decision-making and allows you to diagnose the situation of the company, stating the period that will occur tickets and cash disbursements. Through the Cash Flow Statement (DFC), it is possible to harmonize the working capital with liquidity. This study addresses aspects related to cash flow in the Fredericksburg companies. This is a multicase, exploratory and bibliographical study, which has the general objective of measuring the perception of active managers in the Frederico Westphalen companies in relation to cash flow. To meet the objectives of the study, questionnaires as data collection instruments were used. The results in use of the cash flow as a management tool to demonstrate satisfactory under which most administrators know and use cash flow as a management tool.

Keywords: Cash Flow. Management Tool. Control. Decision making.

1 INTRODUÇÃO

Nos momentos de incerteza, pelos quais atravessam as organizações ao longo de sua existência, as finanças empresariais voltam a ser foco de investigação. Tais eventos ocorrem, notadamente, em razão do que poderia ter sido feito, a priori, para que a gestão dos recursos financeiros tivesse sido realizada de forma eficiente, visando ultrapassar com menor turbulência o período crítico. Nesse contexto, a atuação do gestor financeiro nas organizações é voltada à utilização dos recursos

disponíveis, de forma a maximizar seu valor e minimizar seus custos. Também, envolvem decisões de investimento, decisões de financiamento e decisões de dividendos.

A contabilidade tem sido referenciada como um sistema de informações completo sobre a organização, uma vez que possui o atributo da predição, ou seja, apresenta a característica de, com base nos eventos passados, possibilitar antever cenários futuros. Com o objetivo de divulgar, tanto sua situação patrimonial, como seus resultados econômicos, as companhias utilizam-se das demonstrações financeiras, tanto no Brasil, quanto no âmbito internacional. No Brasil, as companhias devem seguir o que prescreve a Lei 11.638/07 – Lei das Sociedades Anônimas, alterada e consolidada pela Lei 11.941/09, estruturada de forma a ajustar-se às Normas Internacionais de Contabilidade, notadamente no que está previsto pelo IASB (*International Accounting Standards Board*), no *framework for the preparation and presentation of financial statements*.

Dentre as demonstrações financeiras previstas para o Brasil, na Lei 11.638/07 e Deliberação CVM nº 547/2008, aquela que diz respeito ao fluxo dos recursos financeiros na organização é apresentada como Demonstração do Fluxo de Caixa. No contexto das Normas Internacionais de Contabilidade, está citada na IAS 7 - (IASB). No Brasil, pode ser evidenciada através de dois métodos: método direto e método indireto. Ressalta-se, porém, que esta demonstração é elaborada e disponibilizada após o efetivo encerramento do exercício social, ou seja, apresenta informações de eventos e comportamentos passados. Além desses aspectos, o conceito de fluxo de caixa, conforme é conhecido, não coincide normalmente com o resultado contábil da empresa, apurado pelo regime de competência. Nesse contexto, Assaf Neto (2012), referencia que “no dimensionamento dos fluxos de caixa, devem ser estimadas todas as movimentações operacionais efetivas de caixa, até mesmo o imposto de renda – associadas a cada alternativa em consideração”.

Por outro lado, a necessidade das organizações em obterem liquidez e acumulo de recursos em seu caixa, o que possibilita direcionar suas decisões financeiras, não permite aos gestores a espera temporal do encerramento do exercício para determinadas decisões, principalmente em momentos de turbulência. Desta forma, optar entre a gestão do fluxo de caixa (*cash flow management*) – informação atualizada e gerencial, ou a utilização da Demonstração do Fluxo de Caixa – informação histórica, prevista na legislação, apresenta-se como um tema que merece ser aprofundado, no âmbito das finanças empresariais.

O fluxo de caixa como ferramenta para tomada de decisões é utilizado para diagnosticar a situação da entidade, se haverá necessidade ou não de tomar recursos de terceiros, bem como, se deverá ou não investir. De acordo com Goldratt e Cox (1990) é possível uma empresa apresentar lucro líquido bem como retorno sobre investimentos e, ainda assim, ir à falência. O péssimo fluxo de caixa é o que acaba com a maioria das empresas que fracassam.

Muitos empresários possuem a visão de que o lucro representa o sucesso empresarial, um erro frequente e com graves consequências, pois o lucro não está diretamente relacionado ao sucesso de uma organização. É comum empresas obterem lucro e não ter saldo de caixa, bem como o contrário, empresas operar em prejuízo e possuir saldo de caixa positivo. Muitas empresas decretam estado de falência pela falta de liquidez e não pela falta de lucro.

Face ao exposto e, diante das variáveis apresentadas, a presente pesquisa explora essa lacuna, e busca mensurar por meio de um estudo de caso, a percepção dos gestores atuantes nas empresas do município de Frederico Westphalen em relação ao fluxo de caixa.

Mediante o contexto apresentado, levanta-se a seguinte questão orientadora: Qual a percepção dos gestores que atuam nas empresas de Frederico Westphalen quanto ao fluxo de caixa? A pesquisa tem por objetivo revisar os conceitos e os aspectos relacionados ao fluxo de caixa e sua previsão legal, apresentar o fluxo de caixa como ferramenta gerencial, demonstrando seus benefícios no planejamento, controle e aprimoramento nas tomadas de decisões e verificar a utilização do fluxo de

caixa nas empresas do Município de Frederico Westphalen – RS, através da aplicação de questionários.

O estudo é justificado pela importância empírica em se evidenciar a importância do fluxo de caixa para as empresas, demonstrando aos empresários que é preciso ir além da obtenção de lucro para tornar a empresa mais preparada para enfrentar situações futuras. Através deste estudo, foi possível desenvolver o conhecimento em relação ao fluxo de caixa como uma ferramenta indispensável para a atividade de uma organização. Neste contexto, a pesquisa se distingue das demais por sua abordagem qualitativa e dedutiva, que para Noeverman, Koene e Williams (2005), este campo de estudos implica a necessidade de estudos de campo em profundidade qualitativa dentro de organizações individuais ao invés de pesquisa quantitativa do tipo Survey.

A partir da introdução; seção 1; o estudo está organizado em mais cinco seções: a seção 2, onde consta a fundamentação teórica, mediante a apresentação de uma revisão bibliográfica vinculada ao tema em estudo; a seção 3, onde consta a metodologia empregada neste estudo, na seção 4 são apresentadas as discussões dos resultados. Em seguida, na seção 5 as considerações finais do estudo e, por fim, a seção 5 apresenta as referências bibliográficas utilizadas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A seguir, estão referenciados estudos provenientes da literatura contábil, com abordagem no tema deste artigo. Na sequência, amplia-se o conceito sobre Demonstração do fluxo de caixa, no âmbito das Normas Internacionais e legislação brasileira.

2.1 GESTÃO DO CAIXA E DO FLUXO DE CAIXA

Dentre os diversos conceitos disponíveis na literatura contábil, a definição de fluxos de caixa, preconizada pela Norma IAS 7, é apresentada como “fluxos de entrada e de saída de caixa e equivalentes de caixa”. Já a gestão de caixa, inclui o investimento de excedentes de caixa em relação às necessidades imediatas em equivalentes de caixa, como, por exemplo, as aplicações financeiras de curto prazo. Assim, são excluídos os movimentos entre caixa em mãos e investimento de alta liquidez, classificados como equivalentes de caixa, visto que esses são componentes da gestão de caixa de uma empresa ou entidade, não fazendo parte de suas atividades operacionais, de investimento e de financiamento (ERNST & YOUNG, FIPECAFI, 2010).

A base conceitual de muitos textos que abordam o tema e referenciados neste estudo possui origem em Modigliani e Miller (1958), em *“The cost of capital, corporation finance and the theory of investment”*. O estudo continua sendo utilizado como referência em boa parte das investigações que relacionam a relevância dos fluxos de caixa na gestão financeira. Entre estes, citam-se aqueles realizados por Bresser-Pereira (1991), Pacheco e Morabito (2010) e Bergstresser (2006).

A gestão pura e simples do caixa – *cash management* e a gestão do fluxo de caixa – *cash flow management*, decorrentes de estudo realizado por Pacheco e Morabito (2010), reforça que a primeiro trata tão somente de formular e utilizar regras de decisão ligadas ao controle do nível de saldo de caixa em uma organização. Com relação à gestão do fluxo de caixa, os autores afirmam que esta se apresenta sob forma de um problema financeiro mais complexo, visto que envolve administrar investimentos de curto prazo, entradas e saídas de caixa e os financiamentos, visando otimizar e maximizar o retorno financeiro ao final do período desejado.

Quanto a uma possível relação entre entradas e saídas, Cristensen (2010), observa que a demanda é exógenamente originada para cada período. Os fluxos de caixa realizados são a consequência de uma

produção ótima durante o cílico de vida da empresa e itens como estoques e produção, por exemplo, possuem relação direta com o planejamento financeiro.

Luehrman (2007) infere que outras variáveis, como valor criado por manobras financeiras – economia de impostos, gestão de riscos, dívida subsidiada, dívida aprimorada por crédito – têm suas próprias consequências para o fluxo de caixa, uma vez que não se originam de atividades operacionais, como os estoques e produção, conforme já referenciado.

O planejamento financeiro é importante em todos os empreendimentos. Questões como necessidade de capitais, fontes e prazo de financiamento são essenciais no contexto da gestão financeira. Chaquiriand e Veiga (2010) enfatizam que, além destas questões, outras como a necessidade de reservarem-se recursos de mais fácil acesso, para utilizar em cenários adversos e contingenciais, devem estar previstas para o período planejado. Ir à busca de novas fontes no momento em que esgotarem-se os recursos, não parece ser uma prática recomendada. Por isso, o gerenciamento dos níveis de recursos do caixa merece especial atenção.

Nessa mesma vertente, Bresser-Pereira (1991), citando Fazzari et.al. (1988), enfatiza que a teoria financeira do investimento se torna mais clara se for considerado que o capital interno e externo não são substitutos perfeitos. Neste caso, o fluxo de caixa interno pode afetar as despesas de investimento por causa de uma hierarquia de financiamento onde os fundos internos apresentam uma vantagem de custo sobre a nova dívida ou financiamento de capital.

A utilização do fluxo de caixa, mediante a observação de seus níveis, demonstra a importância de seu papel na análise e resolução de conflitos na gestão financeira, principalmente pela diferença de percepção entre acionistas e diretores de uma organização. Com relação ao tema, García e Restrepo (2005), afirmam que os conflitos de gestão, assim como a assimetria das informações entre investidores e diretores, ou entre acionistas e credores, podem afetar os níveis que determinada empresa possui com relação ao acúmulo de caixa. A importância de formalizar os detalhes da gestão financeira, entre os *stakeholders* envolvidos, tende a evitar problemas futuros.

Da mesma forma, Chaquiriand e Veiga (2010), afirmam que entre sócios, ou entre sócios e financiadores, enquanto reina um clima de confiança, é normal acharem que haverá tempo, no futuro, para a formalização destas questões e que fazê-las no momento seria demonstrar desconfiança. Na prática, segundo os autores, esta não parece ser a melhor forma de proceder. Essa particularidade também é apresentada por Serrasqueiro e Nunes (2008), os quais referenciam que um maior nível de liquidez da empresa contribui para aumento dos conflitos entre proprietários e gestores, uma vez que aumenta a possibilidade destes investirem em projetos que não maximizam valor para a empresa.

A relação entre fluxo de caixa e investimentos, além dos *stakeholders* envolvidos, mostra-se muitas vezes vinculada ao fluxo de caixa presente. Bergstresser (2006) aborda que as decisões de investimento, nas empresas, são excessivamente sensíveis ao fluxo de caixa atual, concluindo que as hipóteses apresentadas por Modigliani e Miller (1958), são empiricamente importantes.

2.2 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC

No Brasil, a demonstração do fluxo de caixa, até o final do exercício de 2007, era tida somente como sendo de cunho gerencial, elaborada e utilizada internamente pelas empresas, ao passo que nos EUA, sua obrigatoriedade vem desde 1988. Na Legislação Brasileira, a partir da entrada em vigor da nova Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 11.638/07 tornou-se obrigatória, exceto para as companhias fechadas que apresentem um Patrimônio Líquido, na data do balanço, com valor inferior a R\$ 2 milhões. Esta alteração legal passou a substituir a Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos (DOAR). De forma condensada, a DFC, indica a origem de todos os recursos que

ingressaram no caixa, bem como a aplicação de todo o dinheiro que saiu deste caixa, em um determinado período, além de apresentar, ao final do período, o resultado do fluxo financeiro (MARION, 2012).

A segmentação da Demonstração do fluxo de caixa, apresentada nas Normas Brasileiras de Contabilidade, advém da fundamentação contida na Norma Internacional IAS 7, semelhante ao Financial Accounting Standard – FAS 95: Statement of Cash Flows, além de ter sido objeto do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, através do Pronunciamento Técnico - CPC 03, aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários – CMV, através da Deliberação nº 547/08, de 14/08/2008. O texto legal define as finalidades da demonstração como sendo a de apresentar informações sobre os fluxos das transações e eventos que afetaram o caixa da empresa ao longo de um determinado período, de forma organizada e estruturada por atividades e articulada entre as diversas demonstrações financeiras (ERNST & YOUNG, FIPECAFI, 2010).

Permeando o contexto de legislação, a União Europeia exigiu que as sociedades cotadas aplicassem as normas internacionais de contabilidade nas suas demonstrações financeiras consolidadas, a partir do exercício de 2005. Com relação à Demonstração dos fluxos de caixa, esta também segue o que prevê a Norma Internacional IAS 7, que apresenta dois métodos para sua elaboração: o direto e o indireto (CATARINO, 2009).

Denota-se que as IAS/IFRS, passaram a ser o ordenamento legal tanto nos EUA, como Europa e Brasil, além de imporem um maior nível de divulgação do que é geralmente exigido por outros órgãos que padronizam a elaboração das demonstrações financeiras. Esta adoção provocou o surgimento de novas regras e determinou períodos de transição em todos os países que as adotaram. Neste sentido, Encarnação (2010), reforça que, quanto maior a sua divulgação antes da transição e quanto mais próximas forem às políticas contábeis adotadas, daquelas estabelecidas pelas IAS/IFRS (International Financial Reporting Standard) ou USGAAP (United States Generally Accepted Accounting Principles), mais fácil será para os participantes do mercado em ligar o passado com o futuro e desta forma, serem capazes de apurar os impactos sobre os fluxos de caixa futuros.

Há que se ressaltar que a Norma IAS 7, define-os como “fluxos de entrada e de saída de caixa e equivalentes de caixa”. De acordo com Ernst & Young, Fipecafi (2010), essa definição busca refletir a realidade das políticas de gestão de caixa empregadas por uma entidade. Ainda, segundo a mesma norma, há que se excluam movimentos entre caixa em mãos e investimentos de alta liquidez classificados como equivalentes de caixa visto ser componentes da gestão de caixa da entidade, não fazendo parte de suas atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Para usuários não habituados à nomenclatura contábil, o termo caixa, muitas vezes, traduz tão somente a conta contábil. Assim, é importante ressaltar que este abrange os diversos recursos disponíveis na organização e que estão definidos no contexto das Normas Brasileiras de Contabilidade, como sendo,

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Fluxos de caixa são as entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa (CRCRS, p. 134, 2015).

Mesmo que sua obrigatoriedade esteja restrita a determinadas organizações, pela dimensão de seu Patrimônio Líquido, Matarazzo (2010) enfatiza que sua elaboração é imprescindível na mais elementar atividade empresarial e também para pessoas físicas que se dedicam a alguma atividade econômica. Reforça, ainda, que muitas empresas vão à falência por não saberem administrar seu fluxo de caixa.

Em relação ao método de apresentação da DFC, tanto no âmbito das Normas Internacionais, quanto na legislação Brasileira, são válidas as mesmas considerações, possibilitando a apresentação através de dois métodos: direto e indireto, conforme consta a seguir.

2.2.1 MÉTODO DIRETO

A demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método direto é também denominada de “Fluxos de Caixa no Sentido Restrito”. Marion (2012) enfatiza que também pode ser referenciado como o “verdadeiro Fluxo de Caixa”, por demonstrar todos os recebimentos e pagamentos que efetivamente concorreram para a variação das disponibilidades do período. Porém, segundo o mesmo autor, exige maior esforço na sua elaboração, em razão do trabalho de segregação das movimentações financeiras.

Neste método, a demonstração é dividida em três grupos – a) fluxo de caixa das atividades operacionais, b) fluxo de caixa das atividades de investimentos e, c) fluxo de caixa das atividades de financiamentos. A figura 01 apresenta a demonstração do fluxo de caixa pelo método direto, a partir da norma Internacional.

Figura 01 – Demonstração do fluxo de caixa pelo método direto

Statement of Cash Flows	Demonstração do Fluxo de Caixa
Cash Flows from Operating Activities	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais
(+) cash received from sale of goods	(+) dinheiro recebido nas vendas de mercadorias
(+) cash dividends received	(+) dividendos recebidos em dinheiro
Cash provided by operating activities	Caixa gerado pelas atividades operacionais
(-) cash paid to suppliers	(-) dinheiro pago aos fornecedores
(-) cash paid for operating expenses	(-) dinheiro pago em despesas operacionais
(-) cash paid for income taxes	(-) dinheiro pago em despesas com Imp. de Renda
Cash disbursed for operating	Caixa desembolsado nas atividades operacionais
Net Cash Flows from Operating Activities	Fluxo de Caixa Líquido das atividades operacionais
Cash Flows from Investing Activities	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos
(-) purchase of property, plant, and equipment	(-) aquisição de ativo imobilizado
(+) sale of machines	(+) venda de máquinas e outros imobilizados
(+) collection of notes receivable	(+) cobrança de notas promissórias a receber
Net Cash (used) in investing Activities	Caixa Líquido (utilizado) nas Atividades de Investimentos
Cash Flows from Financing Activities:	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos
(+) proceeds from issuance of share capital	(+) rendimento na emissão de ações
(-) repayment of long-term debt	(-) reembolso de dívidas de longo prazo
(-) reduction of notes payable	(-) redução de notas promissórias a pagar
Net Cash Provided in Financing Activities	Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamentos
Net Increase in Cash and Cash Equivalents	Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa
Cash and cash equivalents at beginning of year	Caixa e equivalentes de caixa no inicio do ano
Cash and cash equivalents at end of year	Caixa e equivalentes de caixa no final do ano

Fonte: Adaptado de Santos, Schmidt e Fernandes (2006).

Observando-se as informações contidas na figura 01, estão contempladas todas as movimentações ocorridas em determinado período e que apresentam o resultado do caixa líquido ao final deste, na forma de aumento ou diminuição.

2.2.2 MÉTODO INDIRETO

Também conhecido como “fluxo de caixa no sentido amplo”, o método indireto consiste em estender à análise dos itens não circulantes. De acordo com Santos, Schmidt e Fernandes (2006), este método evidencia as mudanças ocorridas nas principais contas de ativos e passivos correntes, como os estoques, contas a receber e contas a pagar.

Apesar de evidenciar a variação ocorrida nas disponibilidades, o fluxo de caixa estruturado por este método, não demonstra as diversas entradas e saídas de dinheiro do caixa por seus valores efetivos. Porém, de acordo com Marion (2012), fornece uma forma simplificada de apurar os valores com base nas diferenças de saldos ou na inclusão de itens que não afetem as disponibilidades como despesas antecipadas e provisão para imposto de renda, por exemplo. A figura 02 apresenta os itens que compõem a demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto.

Figura 02 – Demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto

Statement of Cash Flows	Demonstração do Fluxo de Caixa
Cash Flows from Operating Activities:	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:
Net income before income taxes	Resultado líquido antes dos impostos
Adjustments for:	Ajustado pela:
(+) depreciation	(+) depreciação
(+) unrealized loss on foreign exchange	(+) perdas não realizadas na conversão de moeda Estrangeira
(+) interests expenses	(+) despesas com juros
Operating Profit before working capital changes	Lucro Operacional antes das variações no capital circulante líquido
(-) increase in accounts receivable	(-) aumento nas contas a receber
(+) decrease in inventories	(+) diminuição nos estoques
(+) increase in accounts payable	(+) aumento nas contas a pagar
Cash Generated from Operations	Caixa Gerado pelas Operações
(-) interest paid	(-) juros pagos
(-) income taxes paid	(-) imposto de renda pago
Net Cash Flows from Operating Activities	Fluxo de Caixa Líquido das atividades operacionais
Cash Flows from investing activities:	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:
(-) purchase of property, plant, and equipment	(-) compra de ativo imobilizado
(+) sale of machines	(+) venda de máquinas
(+) collection of notes receivable	(+) Cobrança de notas promissórias a receber
Net Cash (used) in investing Activities	Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Investimentos
Cash Flows from Financing activities:	Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:
(+) proceeds form issuance of share capital	(+) rendimento na emissão de ações
(-) repayment of long-term debt	(-) reembolso de dívidas de longo prazo
(-) reduction of notes payable	(-) redução de notas promissórias a pagar
Net Cash Provided in Financing Activities	Caixa Líquido Fornecido nas Atividades de Financiamentos
Net Increase ins Cash and Cash Equivalents	Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa
Cash and cash equivalents at beginning of year	Caixa e equivalentes de caixa no inicio do ano

Cash and cash equivalents at end of year	Caixa e equivalentes de caixa no final do ano
Fonte: Adaptado de Santos, Schmidt e Fernandes (2006).	

Embora apresentem, ao final, o mesmo resultado, a partir de período contábil já encerrado – informações históricas, uma das diferenças entre os dois modelos está na apresentação de itens não circulantes no método indireto. Outro detalhe que merece ser observado tem origem no fato de que, no método direto, os valores das entradas e saídas do caixa estão dispostos a partir das vendas (valores realizados), ao passo que no primeiro, inicia-se a demonstração a partir dos ajustes ao lucro líquido.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os tipos de pesquisa são classificados quanto aos objetivos, aos procedimentos e a abordagem do problema. Quanto aos objetivos, trata-se de pesquisa exploratória e descritiva, pois tem como propósito maximizar o conhecimento sobre o assunto e expor as características e aspectos relevantes sobre o tema, tornando possível o esclarecimento sobre o problema em questão. Sobre pesquisa exploratória, Beuren et al (2006) dizem que se procura conhecer o assunto com maior profundidade, para torná-lo mais claro ou estabelecer questões importantes para a condução da pesquisa.

Procedimentos representam a maneira pela qual se obtêm os dados que irão conduzir o estudo. Desse modo, a tipologia do presente estudo, em relação aos procedimentos, configura-se estudo de caso e pesquisa bibliográfica.

Para Gil (2010), o estudo de caso consiste na pesquisa sobre determinado tema, de forma a ampliar o conhecimento acerca do mesmo. A pesquisa bibliográfica, por sua vez, é o suporte para a elaboração da pesquisa, pois é através da consulta de materiais disponibilizados ao público, que será possível se aproximar sobre o tema e sanar as questões pertinentes ao problema proposto.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa classificou-se como qualitativa, pois conforme Chizzotti (2010) a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma analogia dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre sujeito e objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito.

Já, no que se refere à população e amostra, nesta pesquisa definiram-se como população as 1.543 empresas que estão registradas no município de Frederico Westphalen, embora, de acordo com a legislação em vigor, nem todas estejam obrigadas a apresentação da DFC. Enquanto que a amostra contemplou um total de 70 empresas de Frederico Westphalen, sendo que dos 70 questionários distribuídos, 44 foram respondidos através do aplicativo Google Docs, representando um percentual de 62,86% do total. Havendo dificuldades em conseguir concluir a coleta de dados, foram entregues questionários impressos para os próprios administradores participarem da pesquisa.

A coleta dos dados foi realizada mediante a utilização de questionários constituídos por uma série de questões pertinentes ao assunto abordado, com a finalidade de obter informações vinculadas ao tema em estudo nas empresas de Frederico Westphalen.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados e discutidos os resultados obtidos através da realização da pesquisa de campo, que utilizou o questionário como instrumento de coleta de dados. As mulheres representam 52% do universo pesquisado e a faixa etária predominante daqueles que responderam ao questionário situa-se entre os 29 a 39 anos, representando 43% da amostra, abaixo desta faixa etária são 25% dos entrevistados e acima de 40 anos 32% do total. Em relação ao grau de escolaridade, verificou-se que 59% possuem ensino superior completo e o restante tem ensino fundamental ou médio. Quanto ao cargo exercido na empresa, a maioria dos questionados são administradores (52%), seguidos pelos cargos de gerentes (23%), outros cargos não especificados (16%), contadores (7%) e supervisores (2%).

De acordo com os critérios de classificação de empresas utilizados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que segue os critérios da Lei Complementar 123/2006, também chamada de Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, pode-se verificar que a grande maioria das empresas entrevistadas em Frederico Westphalen (68%) se enquadra como Microempresas, pois possuem faturamento anual de até R\$ 360 mil. Com faturamento entre R\$ 360 mil e R\$ 3,6 milhões foram 20% do total entrevistado, enquadradas como Empresas de Pequeno Porte e apenas 12% das empresas têm faturamento superior a R\$ 3,6 milhões anuais. Quanto à forma de tributação, 64% das empresas são tributadas pela modalidade do Simples Nacional, 25% pelo Lucro Real e 11% pelo Lucro Presumido.

A ampla maioria das empresas analisadas representam os setores de comércio e serviços como ramo de atividade, perfazendo 82% do total, 16% são do setor industrial e 2% possuem outros ramos de atividades. Do total pesquisado 84% das empresas possuem até 40 funcionários, 7% possuem entre 41 a 160 funcionários e apenas 9% possuem mais de 160 trabalhadores, o que reforça que a maioria das empresas do município se enquadra como micro e pequenas empresas.

Conforme ilustrado no gráfico 01 se apurou que 95% das empresas possuem controle de recebimentos e pagamentos, 75% possuem orçamento de receitas, custos e despesas e 86% realizam o acompanhamento dos resultados. Ou seja, uma informação com saldo positivo, pois grande parte das empresas possui um dos controles mais básicos para manter uma adequada administração.

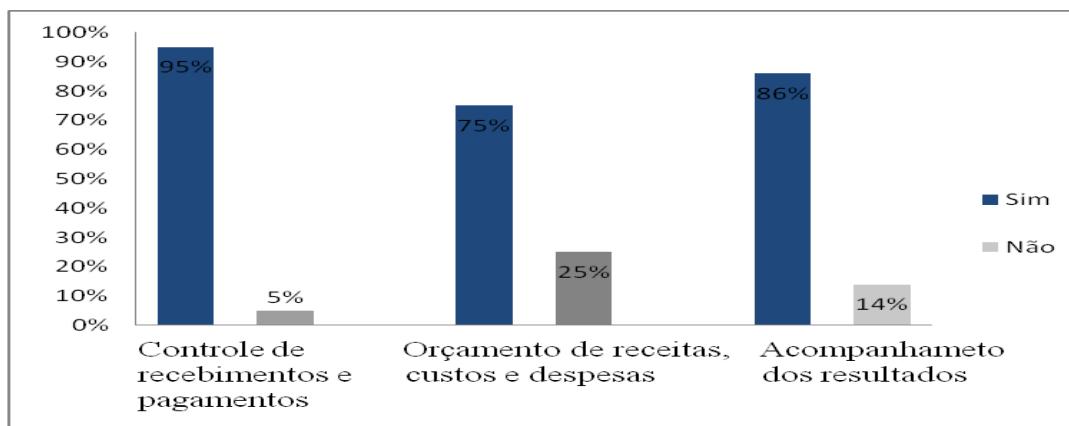


Gráfico 01 – Controles internos e acompanhamento de resultados

Em relação à informatização das empresas, verificou-se que 48% trabalham com um sistema totalmente informatizado, 34% são parcialmente informatizadas e 18% trabalham com fichas

manuscritas. Atualmente as empresas necessitam de inúmeras informações para a tomada de decisão e cada vez mais o mercado exige que essas utilizem de tecnologias para se comunicar e realizar transações. Por esses motivos o Sistema de Informação assume um papel importante, pois empresas que não se atualizarem, pode vir a sofrer grandes consequências, como por exemplo, não conseguir manter-se no mercado competitivo atual. Referente à contabilidade das empresas, verificou-se que 86% possuem contabilidade externa, realizadas por organizações contábeis e 14% elaboram internamente.

De acordo com o gráfico 02, quando questionadas sobre o fluxo de caixa, 68% das empresas afirmaram que conhecem e utilizam, 25% afirmaram conhecer, porém não utilizam e 7% desconhecem. São números significativos e que trazem um saldo considerável, pois existe uma parcela de empresas que desconhecem e não utilizam uma ferramenta com as qualidades gerenciais referidas no estudo.

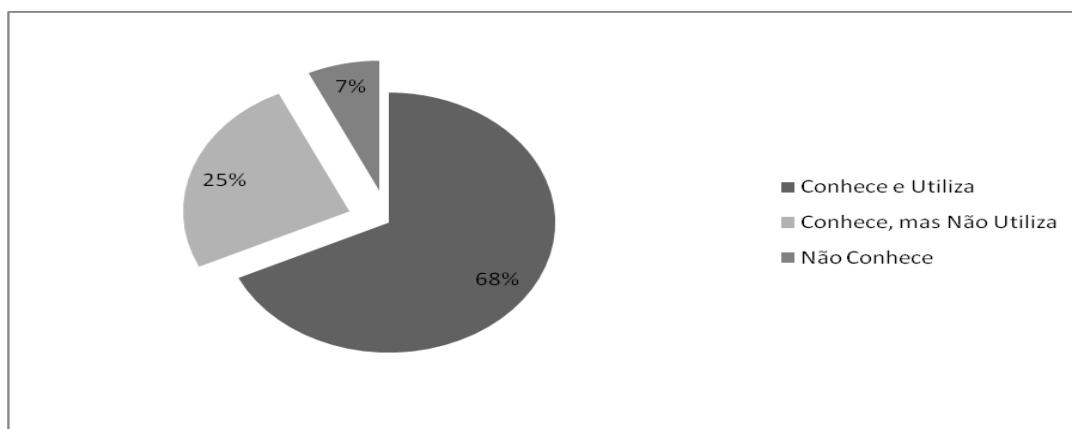


Gráfico 02 – Conhecimento e utilização do fluxo de caixa

Apurou-se também, conforme apresentado no gráfico 03, que 54% das empresas elaboram a DFC juntamente com o Balanço Patrimonial, 32% afirmaram que não apresentam e 14% não souberam responder se elaboram ou não.

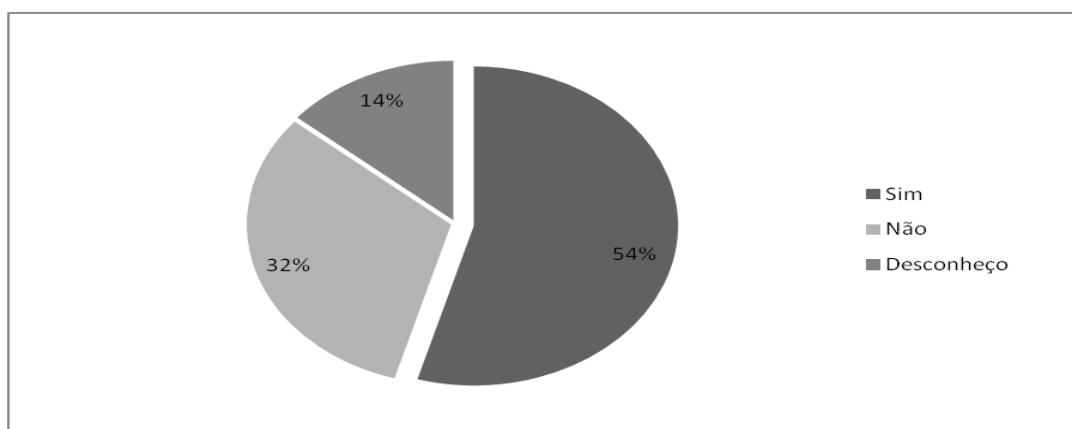


Gráfico 03 – Elaboração da DFC e Balanço Patrimonial

Em relação aos meios que a empresa possui para detectar com antecedência possível escassez ou excessos de recursos financeiros, 73% sinalizaram positivamente, enquanto 27% afirmaram não possuir meios para tal. Quanto ao espaço temporal do fluxo de caixa projetado, 46% realizam no curto prazo, 8% no longo prazo e 46% para ambos os prazos.

Mesmo sendo o fluxo de caixa projetado uma ferramenta importante no auxílio as micro, pequenas e grandes empresas para sua gestão financeira, já que permite fazer uma projeção do caixa através de uma análise antecipada dos possíveis cenários e possibilitar uma tomada de decisão mais acertada a respeito do que fazer em cada situação verificou-se que pouco mais da metade das empresas entrevistadas (55%) afirmaram projetar o fluxo de caixa, ou seja, grande parte das empresas do município ainda não visualizam com antecedência as ocorrências de entradas ou saídas de caixa, podendo assim, se programar para realizar investimentos com os excedentes ou então buscar fontes de financiamentos.

Já, quando questionados sobre a importância do fluxo de caixa no processo decisório, os dados do gráfico 04 apontam que 88% dos respondentes consideram como muito importante, somente 5% entendem não ser importante e 7% não souberam opinar sobre a questão. Porém, antes de tomar decisões financeiras, 84% dos administradores consultam o fluxo de caixa ou algum tipo de controle auxiliar.

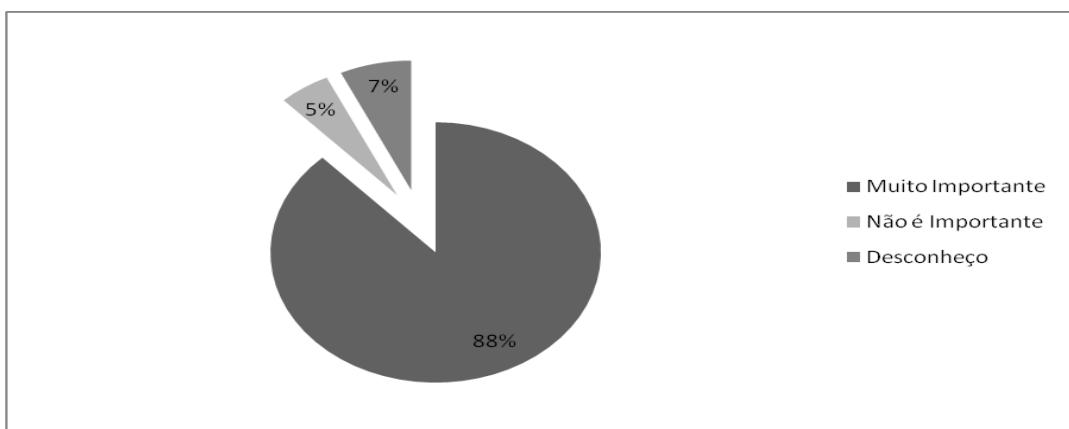


Gráfico 04 – Importância do fluxo de caixa no processo decisório

Foi questionado também, o que seria mais importante para manter o funcionamento da empresa: saldo de caixa ou a obtenção de lucro? Das 44 empresas, 80% afirmaram que é importante apresentar ambos os itens citados, 18% afirmaram que o lucro é mais importante e 2% disseram que somente o saldo de caixa importava. Como última questão, os respondentes foram questionados se, para a empresa que representam lucro e saldo de caixa possuem o mesmo significado, a ampla maioria (93%) dos representantes das empresas responderam que não possuíam o mesmo significado e 7% afirmaram que sim, possuem o mesmo significado.

Por fim, conforme evidenciado pelos resultados obtidos, o estudo relatou a necessidade e a importância dos gestores utilizarem o fluxo de caixa como instrumento de auxílio no processo decisório das empresas do município de Frederico Westphalen. A partir da aplicação de questionário, tornou-se possível mapear o perfil dos gestores atuantes no município acerca do tema proposto e também evidenciar a importância do “Fluxo de Caixa” no contexto atual das micro e pequenas empresas locais.

Assim sendo, o estudo possibilitou o levantamento de dados e a mensuração da relevância aplicada ao tema “Fluxo de Caixa” pelos gestores atuantes nas pequenas e micro empresas localizadas no município de Frederico Westphalen, revelando o modo como o mesmo é tratado por estes dentro do contexto empresarial e administrativo dentro das empresas locais e também a aplicação do fluxo de caixa na tomada de decisões no meio organizacional. O estudo revela também o conhecimento dos

gestores sobre o significado real do tema proposto e o grau com o qual o mesmo é aplicado dentro das organizações como meio de auxílio na tomada de decisões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que a gestão pura e simples do caixa envolva, basicamente, a formulação de regras sobre sua utilização, ainda assim, parece necessário esse regramento e controle, por menor que seja a organização. Já a gestão efetiva do fluxo de caixa, inclui o investimento de excedentes de caixa em relação às necessidades imediatas em equivalentes de caixa, como, por exemplo, as aplicações financeiras de curto prazo. A importância de formalizar os detalhes da gestão financeira, entre os stakeholders envolvidos, tende a evitar problemas futuros, conforme referenciado no estudo de Chaqueirand e Veiga (2010), onde os autores sustentam a necessidade do detalhamento e formalização dos aspectos pertinentes.

É inegável, no atual contexto, a necessidade de implementação e utilização do fluxo de caixa e da gestão deste, nas organizações. A partir do objetivo apresentado, o foco deste estudo foi de avaliar a percepção dos gestores atuantes nas empresas de Frederico Westphalen em relação ao fluxo de caixa, através de uma pesquisa de campo, utilizando o questionário como instrumento de coleta de dados, tornou-se possível mapear a postura dos administradores em relação ao tema proposto.

Vale ressaltar que 44 gestores foram os respondentes da pesquisa, sendo determinantes para a obtenção dos resultados. Grande parte dos questionados atuam como administradores da empresa. E ainda, a maioria tem como nível de escolaridade o ensino superior completo. O comércio é o ramo de atividade predominante das empresas entrevistadas, seguido das entidades prestadoras de serviço, indústrias e outros ramos. A maior parte das empresas questionadas é tributada pela modalidade do Simples Nacional e ainda, pôde-se constatar que em Frederico Westphalen, cidade em que os questionários foram aplicados, predominam as microempresas e empresas de pequeno porte.

Outro ponto importante a considerar é que grande parte dos entrevistados possui controle dos recebimentos e pagamentos, bem como o orçamento de receitas, custos e despesas. Adicionalmente, também realizam o acompanhamento dos resultados. Sendo assim, foi possível verificar que as entidades buscam manter a excelência na gestão, controlando e gerenciando estas questões. Em se tratando do fluxo de caixa, a maioria dos gestores respondeu que a empresa conhece e utiliza esta ferramenta. Apesar de ser uma parcela significativa dos respondentes, pode-se considerar que ainda existem organizações que não fazem uso deste instrumento.

Desta forma, após análise referente à relevância do fluxo de caixa, entende-se que as entidades que ainda não utilizam esta ferramenta, precisam conhecer a sua importância para auxiliar na organização empresarial e deixar a empresa preparada para ocorrências futuras. Diante desta perspectiva, boa parte das empresas considera muito importante a utilização do fluxo de caixa no processo decisório, e ainda, antes de tomar decisões financeiras, os gestores, em sua maioria, consultam o fluxo de caixa ou algum tipo de controle auxiliar. Foi possível avaliar ainda que os questionados estão cientes da importância tanto do saldo de caixa quanto da obtenção do lucro para que o sucesso de uma organização seja consagrado.

Aos gestores que ainda não utilizam o fluxo de caixa, o trabalho visa contribuir para que os mesmos percebam a importância desta ferramenta para a consolidação de suas empresas. Sugere-se que este instrumento deva ser implantado levando em consideração que as empresas devem buscar destacar-se no mercado competitivo e aprimorar seu gerenciamento organizacional.

A relevância do tema, já evidenciada no estudo, sugere a ampliação deste, mediante a realização de investigação, na modalidade estudo de caso exploratório, visando identificar os níveis de utilização da DFC e/ou da gestão do fluxo de caixa, em organizações de diversos portes em determinada região, mediante a elaboração e utilização de questionários, com posterior sistematização e análise dos resultados. Essa prática tende a agregar valor aos estudos sobre caixa, fluxo de caixa e finanças empresariais. A partir das referências sobre o tema “Fluxo de caixa” comprova-se a eficiência desta ferramenta, visto que, através do seu diagnóstico é possível compreender a situação da empresa, bem como projetar antecipadamente suas necessidades futuras.

6 REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, A. **Finanças Corporativas e Valor**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- BEUREN, I. M.; LONGARAY, A. A.; RAUPP, F. M.; SOUSA, M. A. B. de; COLAUTO, R. D.; PORTON, R. e A. de B. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas: 2006.
- BERGSTRESSER, D. Discussion of 'Overinvestment of free cash flow. **Review of Accounting Studies**. Volume 11, Numbers 2-3, 191-202, 2006. Disponível em: <<http://pesquisa.b-on.pt>>. Acesso em: 12 jan. 2015.
- BRESSER-PEREIRA, L. Investment decision and the interest rate in normal and exceptional times. **XVI Congress International da Latin American Studies Association (LASA)**. Washington, April, 1991.
- CATARINO, M. **O processo de convergência contabilística das Instituições financeiras europeias**. Tese de Mestrado em Contabilidade. Instituto Universitário de Lisboa, 2009. Disponível em: <<http://pesquisa.b-on.pt>>. Acesso em: 14 fev. 2015.
- CHAQUIRIAND, S. VEIGA, L. Hasta que el cash flow nos separe. **Revista de Antiguos Alumnos**. IEEM, Año 13, Nº. 4, Agosto 2010, p. 18-20. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es>>. Acesso em: 18 jan. 2015.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- CRCRS. **Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade**. Porto Alegre-RS, 2015.
- ENCARNAÇÃO, C. F. G. da. **Indicadores econômico-financeiros: os impactos da alteração normativa em Portugal**. Dissertação de Mestrado. Instituto Universitário de Lisboa, 2010. Disponível em: <<http://pesquisa.b-on.pt>>. Acesso em: 26 fev. 2015.
- ERNST & YOUNG, FIPECAFI. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS versus Normas Brasileiras**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GARCÍA, M.; RESTREPO, J. Nuevas tendencias en dirección de empresas. **Documentos de trabajo**. Nº. 8, páginas 1-28, 2005. Disponível em: <[www.dialnet.unirioja.es](http://dialnet.unirioja.es)>. Acesso em: 26 jan. 2015.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GOLDRATT, E. M.; COX, J. **A meta**. São Paulo: Imam, 1990.
- LUEHRMAN, T. Uso do VPA: Uma ferramenta melhor para a avaliação de operações. **Revista de Administração de Empresas**. jul/set 2007, Vol. 47, n. 3, p.84-94, 2007.
- MARION, J. **Contabilidade Empresarial**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- MATARAZZO, D. C. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem Gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MODIGLIANI, F.; MILLER, N. The cost of capital, corporation finance and the theory of investment. **The American Economic Review**, (68)3, June 1958.

NOEVERMAN, J.; KOENE, B. A. S.; WILLIAMS, R. Construct Measurement of evaluative style: a review and proposal. **Qualitative Research in Accounting & Management**, v. 2, n. 1, p. 77-107, 2005.

PACHECO, J. ; MORABITO, R. Otimização de fluxos em rede na gestão financeira do caixa: aplicação em uma empresa agroindustrial. **Produção**, v.20, n. 2, abr./jun. 2010, p. 251-264. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

SANTOS, J. L.; SCHMIDT, P.; FERNANDES, L. A. **Demonstrações Contábeis das Companhias Abertas**. São Paulo, Atlas: 2006.

SERRASQUEIRO, Z.; NUNES, P. Performance and size: empirical evidence from Portuguese SMEs. **Small Business Economics**. Vol. 31 Issue 2, pp.195-217, 2008. Disponível em: <<http://pesquisa.b-on.pt>>. Acesso em: 05 mar. 2015.